

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Amazônia / ZEE
 Data 29/06/93 Pg.: 2 41

Mosquitos da Amazônia

RODRIGO L. MESQUITA

Quem teve a oportunidade de viajar pela Amazônia, da Calha Sul à Calha Norte e de Leste a Oeste, pode notar a diversidade destes insetos neste enorme, maravilhoso e ainda pouco conhecido conjunto de ecossistemas: do nada, dáda a "pobreza" das terras e das águas, à mais fantástica diversidade (para infelicidade dos mortais), dada a "riqueza" das terras e das águas.



Nos "ricos" rios de águas brancas, como o Purus, o Madeira, o Juruá... e o Solimões, o enxame se compeço por todos os lados. Litros de cachaça para suportá-los. Nos "pobres" rios de águas pretas, como o Negro e a maioria de seus afluentes, a paz e a bonança. Litros de cachaça para você viajar e dar graças a Deus por este mundo ainda estar lá para ser ocupado, usufruído e querido.

Graças a Deus?

Pois é.

Como não sentir querida uma área desta dimensão e que até hoje, apesar da conquista do planeteja e da aventura espacial, permanece misteriosa? Que prazer — e que desafio! — saber que podemos fazer aí algo diferente do que fizemos nas áreas ocupadas desde o início da colonização até hoje, a era da conquista de um ferramental tecnológico jamais sonhado pelo homem até então e que permite supor a possibilidade de ocuparmos a região de uma forma diferente e mais inteligente do que foi ocupada a terra do nosso Jeca, o Vale do Paraíba, há mais de 300 anos, para dar só um exemplo.

Como? Levando a sério não só a divisão espacial dos mosquitos da Amazônia como também a de toda a sua fauna e flora. E, em função disso, olhando a região como um todo, ao contrário do que o governo brasileiro está fazendo e anunciando com o seu trabalho de diagnóstico ambiental, promovido pelo IBGE sob a égide da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Há quase 20 anos, o projeto Radam, com esta preocupação, mapeou toda a Amazônia na escala 1/1.000.000, ou seja, com detalhes da ordem de um quilômetro. Este trabalho serviu e serve muito, mas continua

pouco conhecido e subutilizado. O IBGE faz hoje, com o nosso dinheiro, mais um retrato da Amazônia com mapas e estudos mais genéricos (1:2.500.000) do que os realizados naquela época. E pretende que sejam novidade, além de ignorar os sistemas de informações geográficas e dos satélites espaciais disponíveis hoje no Brasil, que podem gerar uma grande número de zoneamentos, conforme a preocupação de quem planeja, as prioridades do momento ou os objetivos de ordenamento territorial.

O Programa Nossa Natureza previa, em 1989, com recursos e prazos definidos, uma série de áreas e temas prioritários para serem objetos do zoneamento ecológico-econômico. US\$ 5 milhões era o custo e dois anos, o prazo. Hoje, após quatro anos, muita bandalheira e nenhum resultado, a SAE fala em US\$ 100 milhões e prazo de seis a dez anos para mapearem a Amazônia de forma homogênea. Vai ser difícil alcançar esta homogeneidade repassando estas tarefas aos Estados, que desde o início do trabalho sofrerão as pressões naturais decorrentes dos interesses locais, que deveriam se manifestar somente no Congresso a partir de um trabalho técnico científico impecável promovido pela União.

Como os mosquitos, as características da Amazônia em termos de solos, águas, topografia, fauna e flora não se separam em função da divisão política promovida pelo homem. O que nos faz imaginar a miscelânea em que se vai transformar o trabalho promovido e coordenado pela SAE, se de fato ele for levado adiante. É uma pena que o governo Itamar avalize, desta forma, a palhaçada iniciada pelo antigo secretário do governo Collor Pedro Paulo Leone Ramos, que via neste trabalho mais uma possibilidade de se locupletar com o dinheiro público. É uma pena também que desta forma o governo Itamar sele definitivamente a morte do Projeto de Ordenamento Territorial concebido no governo Sarney e que, além do zoneamento, previa os meios e os instrumentos para implementar os seguintes temas regionais: proteção da cobertura vegetal, substâncias químicas e processos inadequados de mineração (sobretudo mercúrio no garimpo de ouro), estruturação do sistema de proteção ambiental, educação ambiental, pesquisa científica e tecnológica, relação com as comunidades indígenas, ribeirinhas, e extrativistas, a questão dos agrotóxicos, etc. Tudo isso materializado em cerca de 20 projetos e anteprojetos de lei, cerca de dez diretrizes de prioridades ministeriais, além de decretos, portarias, memorandos e estudos técnicos detalhados com determinação pela Presidência para cada ministério e órgão competente.

Foi tudo para o lixo. Os mosquitos da Amazônia que se cuidem.

